

Dossiê: A história das mercadorias no mundo pré-industrial:
potencialidades e limites de uma abordagem

**A história das mercadorias no mundo pré-industrial:
potencialidades e limites de uma abordagem**

*The history of commodities in the pre-industrial world:
potentialities and limits of an approach*

*La historia de las mercancías en el mundo preindustrial:
potencialidades y límites de un enfoque*

Fábio Morales*

<https://orcid.org/0000-0002-9942-5011>

Leonardo Marques**

<https://orcid.org/0000-0003-1276-2769>

O diálogo que deu origem à organização do presente dossiê foi iniciado no primeiro simpósio de História Global da Universidade Federal de Santa Catarina, ocorrido em novembro de 2019. Após uma primeira rodada de discussões em torno da história das mercadorias como estratégia de análise capaz de enfrentar algumas das questões que animavam o encontro, tais como jogos de escalas, a separação entre diferentes campos, as potencialidades e limites da

* Fábio Morales é professor de História Antiga e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Coursou a graduação em História na Universidade de São Paulo, onde também realizou o mestrado (2009) e doutorado (2015). É autor de *A democracia ateniense pelo avesso* (Edusp, 2014), além de artigos e capítulos de livro sobre a história do Mediterrâneo antigo nos períodos clássico e helenístico. Atualmente, realiza pesquisa sobre a história global das cidades gregas no mundo helenístico. É líder do grupo de pesquisa Mithra - Laboratório de História Antiga Global (CNPq). E-mail: fabio.morales@ufsc.br

** Leonardo Marques é professor de História da América Colonial e membro do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Graduado em História pela Universidade Federal do Paraná (2006) e doutor em História pela Emory University (2013). É autor de *Por aí e por muito longe: migrações, dívidas e os libertos de 1888* (Apicuri, 2009) e *The United States and the Transatlantic Slave Trade to the Americas, 1776-1867* (Yale University Press, 2016), além de artigos e capítulos de livro em torno da história do tráfico de escravos, da escravidão e de suas relações com o capitalismo. Atualmente, desenvolve pesquisas sobre a história ambiental da era colonial, com foco específico na história da mineração na América. E-mail: lm@id.uff.br

interdisciplinaridade, o debate foi para as páginas do periódico *Esboços*: histórias em contextos globais, também da UFSC, no começo de 2021 (com um dos organizadores do presente dossiê na posição de editor do periódico e o outro na posição de participante direto do debate). Um dos aspectos mais instigantes surgidos daquela conversa foi o papel de tecnologias e práticas antigas na formação das mercadorias do mundo Atlântico. Conhecimentos milenares foram fundamentais não apenas para a construção do colonialismo na América, mas para a expansão dos fluxos de mercadoria que estiveram na base do capitalismo colonial. A história das mercadorias da era moderna dependeu de processos de longa duração da história humana, em movimentos de apropriação e reconfiguração que com frequência apagaram essa história anterior, como bem argumenta Marcy Norton. Explorar a centralidade desses mundos antigos para a formação do capitalismo colonial foi, portanto, o ponto de partida das conversas que levaram à organização deste dossiê (Marques *et. al.* 2021; Norton 2017).

Nessa perspectiva, as histórias das mercadorias tornam-se processos profundos que só podem ser compreendidos efetivamente a partir de uma ampliação do escopo temporal da análise. Mas o procedimento levanta, também, um vasto leque de problemas que, em nossa visão, permanecem mal resolvidos na historiografia. Pode a mercadoria ser considerada uma categoria de análise trans-histórica? É possível falar em história das mercadorias na Mesoamérica pré-colombiana, no Egito Antigo ou na Europa Medieval? Ou, antes de tudo, quando surge a mercadoria? Se partirmos de uma definição simples, como a oferecida por Karl Polanyi, “objetos produzidos para a venda no mercado”, torna-se muito difícil localizar o seu nascimento já que são muitas as evidências de produções especializadas visando a troca em diferentes sociedades antigas e pré-históricas (Polanyi 2012, 77). O próprio conceito de mercadoria vem do latim *merx*, termo usado para mercadorias e bens em geral. Nesse sentido básico, portanto, a resposta à pergunta é sim: é possível produzir histórias da mercadoria em diferentes contextos pré-modernos, como, aliás, uma crescente bibliografia vem demonstrando (Penhallurick 1986; Purcell 2016).

O problema fica mais complexo quando entramos nos significados e implicações mais amplas da mercadoria, em passados distantes ou mais próximos. Parte da bibliografia que explora histórias de mercadorias e mercados no mundo Antigo busca questionar a cisão radical entre os mundos pré- e pós-industriais. Um exemplo célebre é o debate sobre a natureza da economia antiga (que abarcou, com algumas variações, o Mediterrâneo na Antiguidade; cf. Morris e Manning 2005; Gaia 2010; Carvalho, 2011; Palmeira 2018; Carvalho 2018). A economia antiga era próxima ou distante da economia moderna, capitalista e industrial? Entre as perspectivas que enfatizavam a distância, os chamados “primitivistas” já sugeriram que as economias antigas eram essencialmente domésticas (Bucher 2017 [1893]), que eram submetidas às lógicas políticas e militares das

comunidades (Weber 2015 [1921]), ou que nelas a honra e o prestígio eram motores mais relevantes que o lucro e a acumulação (Finley 1973). Em oposição a tal perspectiva, os chamados “modernistas” argumentaram que o comércio e a indústria antigos não poderiam ser ignorados (Meyer 2015 [1985]), que havia ciclos econômicos de prosperidade e crise, políticas industriais e lutas entre burgueses e proletários (Rostovtzeff 1926), ou que o Mediterrâneo era tão profundamente fragmentado e imprevisível que apenas o alto grau de integração e circulação de bens, ideias e pessoas no Mediterrâneo tornava possível a vida, numa espécie de protoglobalização antiga (Horden e Purcell 2000). Discussões relativamente semelhantes surgiram também em relação à natureza das economias da América Antiga, indo de interpretações que enxergam um dinamismo comercial pujante que eventualmente poderia levar a uma revolução burguesa na Mesoamérica, não fosse a ruptura produzida pela Conquista (Soustelle 1990), a olhares de inspiração polanyiana que afirmam o enraizamento das economias andinas em padrões de reciprocidade e redistribuição (Murra 1975, Wachtel 1978) e enfatizam, assim, a diferença em relação ao capitalismo contemporâneo. Recentemente, um certo consenso historiográfico de inspiração neo-institucionalista na academia anglo-americana tem enfatizado a presença e dinamismo dos mercados no México Antigo (Hirth 2016; Nichols, Berdan e Smith 2017); o caso andino tem se revelado mais arredio a tal movimento de análise, mas o debate pode ser levado para outros caminhos, como se pode ver a partir de algumas contribuições para este dossiê.

Subjacentes ao debate - cuja própria reconstituição, repleta de generalizações e simplificações, foi um elemento chave na organização das oposições e hegemonias historiográficas - estavam concepções em geral pouco refletidas acerca do próprio capitalismo. Tomando o capitalismo como um pacote de atributos sociais (o trabalho assalariado, a economia de mercado e a racionalidade econômica), procuravam-se as semelhanças e as diferenças: contra o capitalismo, o papel do prestígio, a escravidão, a baixa produtividade, os colapsos demográficos; a favor, as abundantes evidências de circulação de produtos de luxo e commodities, de investimentos visando o lucro, de mercados de trabalho e de trabalhadores. Perspectivas marxistas, ao longo do século XX e partindo da superação de visões esquemáticas da sucessão de modos de produção, entraram no debate por meio da problematização da centralidade da figura do escravo-mercadoria para a constituição da mais-valia das classes dominantes (Ste. Croix 1981), da importância da agricultura escravista italiana com produção em larga escala voltada para o mercado (Carandini 1988; 1989), das formas de resistência cívica à mercantilização da terra e conseqüente manutenção da autonomia política (Wood 1988), ou mesmo de modos de produção tributários e redistributivos responsáveis, também, por períodos de crescimento e prosperidade (Amin 1985; Bang e Baily 2011). Algumas perspectivas sistema-mundistas, por fim, tendem a questionar a utilidade de categorias como

escravismo ou capitalismo em face da (alegada) existência de ciclos de crescimento e retração dos sistemas-mundo, sejam eles amplos, como o sistema-mundo afroeurasiático de cinco mil anos (Frank *et. al.* 1993; Frank e Gills 2014), restritos, como o sistema-mundo da Idade do Bronze próximo-oriental (Sherratt 1993), ou múltiplos e paralelos, como os sistemas-mundo do Mediterrâneo e Oriente Próximo, da Índia e da China (Beaujard e Fee 2005; Beaujard 2010). Nas propostas fundadas na análise dos sistemas-mundo, a distinção entre mercadorias, dons e tributos se torna menos significativa do que as evidências de conexão e de sincronidade entre os ciclos sistêmicos. O debate sobre a “economia antiga” é só um dentre as muitas figurações da reflexão sobre a historicidade do capitalismo, seus limites e força, seus inícios e (eventual) fim.

Dentre os desenvolvimentos das últimas décadas, destacamos a crítica das definições simplistas do capitalismo enquanto um sistema histórico, geralmente baseadas em narrativas empiricamente muito frágeis a respeito do mundo antigo, por vezes apontando para uma suposta ausência de mercados ou dinheiro naquelas sociedades. Ao dificultar a busca por uma espécie de ponto zero do surgimento do capitalismo, tais trabalhos podem nos ajudar também a pensar a importância de processos de longuíssima duração para o surgimento do sistema, como exemplificado pela discussão em torno da relação entre o desenvolvimento da cunhagem e circulação de moedas no mundo Antigo (uma investigação possível de ser empreendida nos moldes de uma história da mercadoria) e o surgimento de formas abstratas de pensamento e subjetividade a partir do diálogo crítico com a obra de Alfred Sohn-Rethel (Jappe 2006, 183-88; Seaford 2012; Sohn-Rethel 2021).

É importante lembrar, contudo, que a força da abordagem de Marx e alguns marxismos está na crítica da economia política por eles empreendida, uma crítica radical de categorias que são naturalizadas e universalizadas, como trabalho e valor. O ponto de partida de Marx no *Capital*, como sabemos, é justamente a mercadoria, que contém em si uma dupla natureza do trabalho (trabalho concreto e abstrato) e do valor (valor de uso e de troca). No modo de produção capitalista, trabalho abstrato e valor de troca tornam-se os princípios organizadores da sociedade, apresentando-se, no entanto, simplesmente como trabalho e valor (e daí o problema da economia política, que toma tais categorias como dadas e as estendem para toda a história humana). Histórias da mercadoria em mundos antigos podem apontar para a existência de formas de trabalho abstrato e valores de troca em passados distantes, mas a questão fundamental está em como se dá a generalização da produção de mercadorias e sua transformação em princípio organizador do mundo. Uma coisa é a existência pregressa desses processos, outra é a sua generalização. É nesse sentido que acreditamos que o conceito de capitalismo permanece importante, no mínimo para distinguir uma época historicamente específica, regida pelo signo da mercadoria.

Os diversos artigos deste dossiê acompanham a historiografia recente que tende ao consenso acerca da existência de mercadorias nas sociedades pré-industriais; no entanto, tal consenso é ponto de partida para novas e mais complexas questões: se havia mercadorias nas sociedades pré-industriais, como eram definidos (ou ocultados) os seus valores, tanto do ponto de vista material-ecológico quanto semântico? É possível perceber e delinear fetichismos da mercadoria antes do capitalismo? Qual era a relação das mercadorias com os diferentes circuitos (mercantis ou não) percorridos? Qual o papel das instituições estatais e privadas na produção e circulação de mercadorias? Qual a relação entre a forma mercadoria e as outras formas sociais de circulação de bens, como presentes e tributos? O que esta articulação revela sobre as estruturas sociais que as produzem e são por elas reproduzidas? E como as formas pré-industriais do capital se relacionavam com lógicas sociais não capitalistas?

Estas diferentes questões são abordadas, direta ou indiretamente, nos diferentes artigos que compõem este dossiê. Assim, Alf Hornborg, em “Transhistorical perspectives on commodities, fetishism, and world-systems: Technologies of exploitation through five thousand years”, aborda uma série de questões teóricas centrais para a história das mercadorias em sociedades pré-industriais. Por meio da análise de dois contextos de interação sistêmica - o sistema-mundo da Idade do Bronze no Oriente Próximo e o sistema andino precolonial - o autor enfatiza os paralelos sociais destes casos com o capitalismo industrial. Assim, por exemplo, a técnica de produção do bronze na Mesopotâmia antiga é comparada ao tear a vapor da Inglaterra moderna - o caráter mágico dos bronzes antigos é próximo da leitura fetichista que atribui a invenção das máquinas a inventores, o que oculta complexas histórias de produção e circulação dos saberes, técnicas e materiais. Ou ainda, o volume de trabalho e a organização dos saberes necessários para a coleta e o envio de conchas nas águas do Pacífico e de penas de papagaio da Amazônia para o altiplano andino é comparado ao comércio internacional contemporâneo. E, assim como na contemporaneidade, uma marca recorrente na circulação de mercadorias no mundo pré-industrial é a troca desigual. Este último conceito é fundamental na apropriação crítica do conceito marxiano de valor pelo autor. Para Hornborg, a definição do valor das mercadorias como definido pelo valor-trabalho é restritivo, pois deixa de lado as “externalidades” ambientais; assim, trocas de mercadorias aparentemente equivalentes, quando medidas pelo tempo de trabalho (corporificado no dinheiro), só são plenamente percebidas como desiguais quando, na equação de troca, se inclui a dissipação, junto do trabalho, de energia, terra e materiais. Estes quatro elementos, juntos, devem ser considerados nas métricas das “trocas ecológicas desiguais”, o que torna mais claras as consequências ambientais nas relações entre os centros urbanos e imperiais com as regiões periféricas. A acumulação derivada das trocas ecológicas desiguais é a finalidade que equipara

sistemas mercantis antigos e modernos, ainda que os meios para tanto sejam diversos. Neste ponto, o autor adota uma postura assumidamente materialista, que, se por um lado é mais extensa do que a categoria de valor-trabalho de Marx (ao incluir os recursos biofísicos na equação), por outro relega a um segundo plano os valores simbólicos associados aos produtos e serviços. Um exemplo eloquente é a interpretação da troca entre bens de prestígio e rituais no mundo andino: enquanto os primeiros são corporificações de quantidades impressionantes de tempo de trabalho e recursos biofísicos, os últimos são interpretados como meras mistificações das relações de subordinação imperial. Seria, pois, a dimensão semântica das mercadorias (sejam elas coisas ou serviços) apenas um recurso da mistificação?

Uma resposta oposta a esta questão é apresentada por Joan Bristol em seu estudo sobre as múltiplas ressignificações do consumo do chocolate e do pulque do período precolonial até a contemporaneidade. A autora identifica na trajetórias dos dois alimentos uma oposição: se ambos têm origem na Mesoamérica - utilizados como valores de uso, mercadorias, meios de pagamento, tributo e presentes - e eram consumidos majoritariamente pelas elites imperiais, cada um terá um destino distinto do ponto de vista de sua identificação com circuitos e expressões culturais. O chocolate, ao ser incorporado à economia europeia, será associado a outros produtos exóticos como o café (árabe) e o chá (chinês); no entanto, sua origem mesoamericana é paulatinamente ocultada, em virtude da posição subalterna de indígenas no imaginário europeu, com a associação contemporânea do chocolate à Suíça ou à Bélgica, em um processo peculiar de desetnicização e reetnicização. O pulque, por sua vez, sem acesso ao mercado europeu, tem seu consumo restrito ao México, principalmente por grupos subalternizados, sendo reinventado no século XXI como símbolo de uma mexicanidade originária essencializada. As histórias paralelas de ambas mercadorias, assim, revelam a diversidade de vias do fetichismo: um global-europeu do chocolate, outro étnico-mexicano do pulque, que ocultam tanto as relações sociais de produção e consumo em diferentes momentos (as hierarquias sociais na Mesoamérica precolonial, no Atlântico colonial e no capitalismo contemporâneo) e da própria condição para sua difusão ou circunscrição (o colonialismo moderno).

A centralidade ou, antes, a imprescindibilidade da dimensão semântica para a história das mercadorias é exposta no estudo de Marcos de Almeida, “Escravos e Penhorados como “mercadoria” na África Central Antiga? Sobre o Conceito de Alienação no Baixo Rio Congo (300 AEC – c. 1482)”. A escassez de testemunhos literários e o caráter lacunar e fragmentário dos dados arqueológicos para as formas de escravidão sustentam o recurso ao método histórico-linguístico. Assim, o autor recupera a história da formação das línguas faladas na África equatorial, com ênfase nas comunidades bantófonas, discernindo a formação de palavras centrais no campo semântico da

dependência e alienação de seres humanos. Tomando como marco a difusão de comunidades bantôfonas no vale do rio Congo a partir de 700 a.C., o autor argumenta que já existiam termos para indivíduos em posições de sujeição e práticas de captura e penhora de indivíduos em virtude de dívidas; ao longo dos séculos, novos termos, enfatizando ora a violência da captura, ora a inferioridade cultural do indivíduo submetido (ainda que isto não levasse à negação de sua humanidade), consolidaram-se nas línguas da região. Tal reconstituição indica tanto a longuíssima história das práticas escravistas no noroeste africano, vinculada à movimentação e contato das comunidades, quanto suas diferenças em relação ao tráfico de escravos instituído a partir da expansão colonial ibérica.

A colonização ibérica e as tropas são respectivamente o contexto e as protagonistas da análise das funções sociais e circuitos da farinha de mandioca empreendida por Kalina Vanderlei Silva, em “Moeda e Munição, mas Principalmente Farinha: Farinha de Mandioca, Tropas Urbanas e Expedições de Conquista nas Capitanias do Norte (séculos XVII-XVIII)”. Com base majoritariamente nos relatórios e na correspondência oficial de diversos níveis governamentais da colônia, a autora relaciona as funções da farinha a contextos espaço-temporais específicos: durante expedições de conquista, a farinha era meio de pagamento e “munição de boca”; quando a produção de mandioca se estabelecia nas áreas de conquista, o soldo permitia a compra da farinha dos produtores locais; quando se tratava de tropas responsáveis pela ordem nas vilas, a farinha funcionava como complemento à remuneração dos soldados, de tal maneira que o atraso no pagamento em farinha podia motivar mais motins do que os atrasos do soldo. Com isso, a autora descortina diferentes circuitos nos quais a farinha circulava (o abastecimento das tropas, os mercados locais, os mercados clandestinos, os circuitos comerciais inferiores), destacando a centralidade do Estado, fosse para a circulação, fosse para a (nem sempre bem sucedida) regulação de sua circulação. Aqui, a economia redistributiva do Estado, ela própria subordinada à economia-mundo capitalista, incentivava ou sufocava os circuitos de circulação da farinha, cada um com seus próprios agentes e jogos.

A interação entre circuitos múltiplos de circulação é o tema central do artigo de André Pompeu, “As drogas do sertão na Amazônia colonial e a construção de um modelo de economia Atlântica-sertaneja (séculos XVII e XVIII)”. O autor acompanha as expedições de canoeiros mata adentro a partir de Belém em busca do cacau, o cravo fino, o cravo grosso e a salsaparrilha; ao coletar as drogas, canoeiros atravessavam e conectavam espacialidades econômicas com lógicas diferentes - e até mesmo opostas - mas ainda assim inseparáveis: por um lado, a economia-mundo capitalista, na qual as drogas do sertão, particularmente o cacau, se tornaram mercadorias de grande valor; por outro, a economia do sertão amazônico, marcadamente indígena, na qual a troca de

produtos se articula ao parentesco, à circulação de presentes e à presença marginal do mercado. Entre estes dois territórios, emergiu, segundo o autor, um espaço de intersecção, a “economia atlântico-sertaneja”, que contou tanto com membros das elites cidadinas quanto das comunidades indígenas, que forneciam tanto o tempo de trabalho, quanto os saberes e técnicas necessários para as expedições. A articulação entre estas espacialidades econômicas, no texto, é tomada como um conjunto na própria constituição do capitalismo histórico, que não prescinde de forma sociais não-mercantis quando estas são necessárias ou mesmo mais lucrativas para a reprodução ampliada do capital.

Por fim, a resenha de Elisa Dourado do livro “Globalized Peripheries: Central Europe and the Atlantic World, 1680-1850” aponta para algumas das possibilidades abertas por análises inspiradas na abordagem de cadeias mercantis, como é o caso de capítulos que demonstram a centralidade de tecidos de linho produzidos na Silésia para o tráfico transatlântico de escravos ou a importância de mercados consumidores, em diferentes partes da Europa Central, de mercadorias atlânticas como açúcar, café e tabaco. Um dos grandes méritos da obra é o de conectar espaços da Europa que raramente foram pensados enquanto parte do mundo Atlântico, como é o caso da Prússia e outras regiões do leste europeu. No entanto, em sintonia com a apropriação historiográfica do conceito de cadeia mercantil das últimas décadas, como exemplificado de modo mais evidente pela famosa coletânea *From Silver to Cocaine*, as contribuições de *Globalized Peripheries* também pecam por retirar algumas das mais importantes implicações teóricas do conceito. Em sua formulação original, Immanuel Wallerstein e Terence Hopkins buscavam demonstrar como a trajetória do capitalismo histórico dependeu de cadeias mercantis que atravessam fronteiras políticas tradicionais e fazem uso de múltiplas formas de trabalho. Tal configuração dependeu historicamente de evidentes relações assimétricas de poder; mas tais relações de poder, como bem aponta Dourado, são deliberadamente apagadas pela historiografia atual em um esforço de “centralização das periferias”, que no fim acaba por dispensar a própria distinção entre centro e periferia. Em complemento à excelente citação de Emília Viotti mobilizada na resenha, podemos lembrar das palavras de Jacob Gorender: "Um historiador que se ocupa de um aspecto secundário não é, só por isto, um historiador 'secundário'. Não precisa supervalorizar o seu tema para ganhar status. O estudo do real exige também o estudo do que, em circunstâncias dadas, é secundário" (Gorender 1990, 81).

A leitura dos artigos que compõem este dossiê incentivará - esta é a nossa expectativa - a elaboração de novas questões e a imaginação de métodos e soluções. De fato, as estratégias utilizadas pelos autores são múltiplas: do recurso a fontes primárias textuais, como relatórios oficiais, relatos de viajantes e conquistadores, dicionários e peças publicitárias, ao uso de fontes

secundárias, como os estudos consolidados de diferentes processos de integração na longa duração. As ênfases também são variadas: da materialidade das relações à organização e mutação de campos semânticos; do papel de impérios e governos regionais à agência de particulares em expedições multiétnicas; da releitura de Marx e da teoria econômica à reconstituição das raízes linguísticas. Ainda assim, se os diferentes artigos tendem a escolher uma ou outra ênfase, a tendência geral é considerar as mercadores, sua produção, circulação e consumo, suas mutações semânticas e seus pesos relativos, como fenômenos totais, de modo a torná-los portas de entrada para o desvendamento de processos de reprodução social mais amplos. Ao tomarem a trajetória de mercadorias específicas como fio condutor, os trabalhos sinalizam para a possibilidade de transcender separações consagradas na historiografia contemporânea, como aquela vigente entre história econômica, história política e história social/cultural. Assim, acreditamos que, com este dossiê que ora apresentamos, fique claro que, tendo sempre em vista seus limites e desafios, a história das mercadorias - incluindo sociedades pré-industriais - é terreno fértil tanto para a experimentação de métodos para a interpretação histórica, quanto para a reflexão sobre o capitalismo e seus desafios sociais, éticos e ambientais.

Referências bibliográficas

- Amin, S. Modes of Production, History and Unequal Development. *Science & Society*, v. 49, n. 2, (1985): 194–207.
- Banaji, J. *Theory as History: Essays on Modes of Production and Exploitation*. Leiden: BRILL, 2010.
- Bang, P., e C. Bayly. (Org.). *Tributary Empires in Global History*. London: Palgrave Macmillan UK, 2011.
- Beaujard, P., e S. Fee. The Indian Ocean in Eurasian and African World-Systems before the Sixteenth Century. *Journal of World History*, v. 16, n. 4, (2005): 411–465.
- Beaujard, P. From Three Possible Iron-Age World-Systems to a Single Afro-Eurasian World-System. *Journal of World History*, v. 21, n. 1, (2010): 1–43.
- Bücher, K. *Die Entstehung der Volkswirtschaft: Vorträge und Aufsätze*. Nachdruck der Ausgabe von 1893 Edition ed. [S.l.]: hansebooks, 2017.
- Carandini, A. *Schiani in Italia. Gli strumenti pensanti dei romani fra tarda Repubblica e medio impero*. [S.l.]: Carocci, 1988.
- Carandini, Andrea. L'economia itálica fra tarda Repubblica e Medio Impero considerata dal punto di vista di una merce: il vino. Em *Amphores romaines et histoire économique: dix ans de recherche Roma*. AA. VV., École Française de Rome, 514-516, 1989
- Carvalho, A. G. (org.). *A Economia Antiga: História e Historiografia*. Vitória da Conquista: UESB, 2011.
- Carvalho, H. L. A economia antiga: perspectiva de um debate historiográfico. *Nearco*, v. 10, n. 1, (2018): 99-116.
-

- Finley, M. I. *The ancient economy*. Berkeley: University of California Press, 1973.
- Frank, A. G. et al. Bronze Age World System Cycles [and Comments and Reply]. *Current Anthropology*, v. 34, n. 4, p. 383–429, 1993.
- Frank, A. G., e B. K. Gills (Org.). *The World system: five hundred years or five thousand?* Hoboken: Routledge, Taylor and Francis, 2014.
- Gaia, D. V. Questões para o Estudo da Economia Antiga: Notas para uma Discussão. *Mare Nostrum*, v. 1, n. 1, (2010): 84–98.
- Gorender, J. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- Hirth, K. *The Aztec Economic World: Merchants and Markets in Ancient Mesoamerica*. New York: Cambridge University Press, 2016.
- Horden, P., e N. PURCELL. *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History*. Oxford: Malden, Mass: Wiley-Blackwell, 2000.
- Jappe, A. *As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor*. Lisboa: Antígona, 2006.
- Marques, L. et al. Debate: Colapso ambiental e histórias do capitalismo. *Esboços*, v. 28, n. 49, (2021): 640–812.
- Meyer, E. M. *Die wirtschaftliche Entwicklung des Altertums: ein Vortrag*. Nachdruck der Ausgabe von 1895 Edition ed. [S.l.]: hansebooks, 2016.
- Murra, J. V. *Formaciones económicas y políticas del mundo andino*. 1. ed. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1975.
- Nichols, D. L., e F. F. Berdan, e M. E. SMITH. (Org.). *Rethinking the Aztec economy*. Tucson: The University of Arizona Press, 2017.
- Norton, M. Subaltern technologies and early modernity in the Atlantic World. *Colonial Latin American Review*, v. 26, n. 1, (2017): 18–38.
- Palmeira, M. S. “A Economia Antiga é um Campo de Batalha”: história social de uma controvérsia erudita. *Política & Sociedade*, v. 17, n. 38, (2018): 340–372.
- Penhallurick, R. D. *Tin in antiquity: its mining and trade throughout the ancient world with particular reference to Cornwall*. London: Institute of Metals, 1986.
- Polanyi, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- Purcell, N. Unnecessary Dependences: Illustrating Circulation in Pre-modern Large-scale History. Em: *The prospect of global history*, Org. J. Belich, et al. . First edition. ed. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- Rostovtzeff, M. *The social and economic history of the Roman Empire*. Oxford: Clarendon Press, 1926.
- Seaford, R. Monetisation and the Genesis of the Western Subject. *Historical Materialism*, v. 20, n. 1, (2012): 78–102.
- Sherratt, A. What Would a Bronze-Age World System Look Like? Relations Between Temperate Europe and the Mediterranean in Later Prehistory. *Journal of European Archaeology*, v. 1, n. 2, (1993): 1–58.
- Sohn-Rethel, A. *Intellectual and manual labour: a critique of epistemology*. Leiden ; Boston: Brill, 2021.
- Soustelle, J. *Astecas na véspera da conquista espanhola*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990
-

Ste. Croix, G. E. M. *The class struggle in the ancient Greek world : from the archaic age to the Arab conquests*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1981.

Wachtel, N. A reciprocidade e o estado Inca. Em: Para uma história antropológica: a noção de reciprocidade. Org. L. Valensi, L., e E. Godinho. Lugar da história. Lisboa: Edições 70, 1978.

Weber, M. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. 4a edição ed. S.l.: Editora UnB, 2015.

Wood, E. M. *Peasant-citizen and slave: the foundations of Athenian democracy*. London ; New York: Verso, 1988.